

Quando fui professor de desenho... Reflexões sobre uma formação

When I was drawing teacher ... Reflections on training

ROSILENE BEATRIZ MACHADO¹
CLÁUDIA REGINA FLORES²

Resumo

Inserido na problemática de investigação sobre a trajetória da disciplina de desenho no Brasil, este artigo tem por objetivo apresentar algumas análises e reflexões acerca da formação dos professores de desenho em nosso país no decorrer do século XX. Tais análises e reflexões são oriundas de investigação de mestrado concluída em 2012 na Universidade Federal de Santa Catarina. Num primeiro momento, fazemos referência ao papel desempenhado pela Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (CADES), quanto a formação de professores do ensino secundário brasileiro, em especial, para a formação dos professores de desenho. Na sequência, são tecidas considerações sobre as licenciaturas instituídas no Brasil na segunda metade do século XX, com vistas à formação desse professorado. Por fim, analisa-se o caso específico de Florianópolis, SC, em relação a tal formação.

Palavras-chave: História da Educação. Disciplina de desenho. Formação de professores.

Abstract

Inserted into the research on the problem of trajectory design in Brazil, this article aims to present some analysis and reflections on the training of teachers of drawing in our country in the course of the 20th century. Such analyses and reflections are from research master's degree completed in 2012 at the Federal University of Santa Catarina. At first, we make reference to the role played by the secondary school Improvement campaign (CADES), the training of secondary school teachers and, in particular, to the training of teachers of drawing. As a result, the considerations are woven in Brazil in undergraduate imposed the second half of the 20th century, with the formation of this faculty. Finally, analyzes the specific case of Florianópolis, SC, in relation to this training.

Keywords: History of Education. The discipline of design. Teacher training.

¹ Mestre em Educação Científica e Tecnológica. Doutoranda em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) - rosibmachado@gmail.com

² Doutora em Educação - Ensino de Ciências e Matemática. Professora do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. - claudia.flores@ufsc.br

Das memórias, uma questão de investigação

Prof. Carlos Humberto Pederneiras Correa³ - E aí me chamaram para dar a disciplina de desenho não porque eu fosse professor de desenho, entende? Depois que eu entrei para ser professor de desenho eu tive que fazer o curso da CADES... Eram cursos para professores que não tinham formação nas disciplinas. (...) E isso autorizava o professor a lecionar aquela disciplina, principalmente para professores do interior que vinham para cá nessa época, já que praticamente não tinha ninguém formado nas Faculdades de Filosofia. (...) Livro não tinha... Era tudo baseado naqueles conhecimentos da CADES.

Prof. Luís Alves Rodrigues⁴ - Na época eu fiz um curso de desenho que foi feito na Universidade Federal, um curso de CADES. (...) E como eu tinha o curso da CADES, fazia Matemática e também fazia Engenharia, eu fiquei como professor de desenho no Colégio de Aplicação...

Prof. Ailton João da Silva⁵ - Eu lecionava o desenho porque fiz um curso chamado curso da CADES. Em 1966 eu entrei na faculdade de Matemática, mas em 1965 eu fiz esse curso porque estudei na Escola Técnica e fiz meu segundo grau em desenho. Então eu terminei o segundo grau e fiz esse curso da CADES.

Prof. Francisco Murilo Vesling⁶ - A minha formação propriamente no desenho, no desenho geométrico mais especificamente, eu fiz através de curso, um curso que a própria Universidade proporcionou na época que se chamava curso de CADES. Então eu fiz esse curso, uma base de oito ou nove meses, e depois eu comecei a lecionar.

Tesselas de memórias. Recordações de professores que lecionaram a disciplina de desenho entre as décadas de 1960 e 1970 no Colégio de Aplicação (CA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Narrativas de si que compõem um mosaico multifacetado mas que

³ Trecho de depoimento oral concedido em novembro de 2010 pelo Prof. Carlos Humberto Pederneiras Correa, primeiro professor de desenho do Colégio de Aplicação da UFSC, no período de 1961 a 1967.

⁴ Trecho de depoimento oral concedido em novembro de 2010 pelo Prof. Luís Alves Rodrigues, conhecido como Prof. Dourado, segundo professor de desenho do Colégio de Aplicação da UFSC, no período de 1967 a 1970.

⁵ Trecho de depoimento oral concedido em outubro de 2010 pelo Prof. Ailton João da Silva, conhecido como Prof. Bana, professor de desenho do Colégio de Aplicação da UFSC no período de 1969 a 1972.

⁶ Trecho de depoimento oral concedido em outubro de 2010 pelo Prof. Francisco Murilo Vesling, professor de desenho do Colégio de Aplicação da UFSC no período de 1973 a 1979.

tocam um ponto comum: CADES⁷. Afinal, que formação era destinada aos professores de desenho no Brasil em meados do século XX?

Esta foi uma das questões investigadas em pesquisa anterior⁸, arquitetada sobre a análise de como a disciplina de desenho foi manejada, conduzida e utilizada no Colégio de Aplicação da UFSC, entre os anos de 1960 e 2004, período de sua existência na instituição. Assim, é nosso interesse no presente artigo apresentar as análises e reflexões decorrentes do enfrentamento de tal problemática.

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário

Durante as décadas de 1940 e 1950, em função dos processos de urbanização e industrialização, o Brasil experimentou uma forte expansão de seu ensino secundário. Segundo Pinto (2008, p.2), as escolas passaram a ser procuradas por todos aqueles que desejavam ascender socialmente, provocando o crescimento explosivo desse ramo de ensino. Claro que a expansão da demanda do ensino secundário refletiu-se diretamente na expansão da demanda de um professorado que desse conta do novo panorama. Delineava-se, assim, em meados do século XX no Brasil, o contorno de um grave problema educacional: a escassez de professores que suprissem as necessidades do ensino secundário e, além disso, professores que cumprissem as exigências legais instituídas pela Lei Orgânica do Ensino Secundário⁹, sob o Decreto-lei 4.244 de 1942: “conveniente formação, em cursos apropriados, *em regra de ensino superior*”(art.79 § 1, grifo nosso).

As Faculdades de Filosofia, por sua vez, responsáveis pela formação superior dos docentes, eram recentes e escassas nesse período, o que contribuía para agravar a situação, levando “à improvisação de professores e, conseqüentemente, à queda da qualidade de ensino” (Pinto, 2008, p. 2). Dessa forma, profissionais das mais diversas áreas (médicos, advogados, engenheiros, etc.) passavam a receber autorização para lecionarem no ensino secundário,

⁷ Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.

⁸ MACHADO, R. B. *Entre Vida e Morte: Cenas de um Ensino de Desenho*.254f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2012.

⁹ Entre 1942 e 1946, foram decretadas as *Leis Orgânicas de Ensino*, que ficaram conhecidas por Reforma Capanema. Essa reforma, consolidada em seis decretos-leis, organizou o ensino primário, secundário, bem como o ensino industrial, comercial, normal e agrícola. O ensino secundário continuou dividido em dois ciclos, mas ganhou uma configuração diferente: o 1º ciclo, ou curso ginásial, teve a duração alterada de cinco para quatro anos e o 2º ciclo, ou curso colegial, de dois para três anos, sendo que este foi subdividido em duas modalidades distintas, o clássico e o científico.

mediante aprovação em exames de suficiência promovidos nas grandes cidades onde não houvesse faculdades capazes de formar professores nas licenciaturas. Foi nesse contexto que surgiu a necessidade da organização pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) de cursos e treinamentos que habilitassem os candidatos a prestarem os exames de suficiência.

Sob a gestão de Armando Hildebrand, diretor do ensino secundário brasileiro no governo Getúlio Vargas, o Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953 criou, então, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). Seu objetivo maior era elevar e difundir o nível do ensino secundário no país, sendo que, a partir de 1956, a CADES passou a promover cursos intensivos de preparação aos referidos exames de suficiência, conferindo aos aprovados o registro de professor do ensino secundário. Os cursos intensivos comumente tinham duração de um mês, sendo ministrados durante as férias escolares e intentavam suprir as deficiências dos professores quanto aos aspectos pedagógicos e aos conteúdos específicos das disciplinas escolhidas.

A CADES desempenhou papel fundamental na formação dos professores no Brasil durante as décadas de 1950 e 1960. Mais ainda, contribuiu em grande medida na formação do professorado de desenho, já que somente em 1962 ficou estabelecido pela primeira vez o currículo mínimo dessa licenciatura. Tanto que um dos professores de desenho, cujo depoimento está destacado no início deste texto, relata que sequer utilizava livro didático: “Era tudo baseado naqueles conhecimentos da CADES.” A partir disso, vale então perguntar: Que saberes foram estes mobilizados pelo curso da CADES, com vistas à formação dos professores de desenho?

Um dos vestígios que nos possibilita alguma compreensão sobre tal formação é o manual de orientação produzido pela CADES, destinado aos candidatos que prestassem o exame de desenho, editado pelo MEC na década de 1950. Esse texto, de autoria de José Sennem Bandeira, era intitulado: *Didática Especial de Desenho – Como ensinar Desenho no curso ginasial*.

José Sennem Bandeira foi diplomado em Mecânica, titulado em Pintura e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Era ainda licenciado em Desenho pela Faculdade Nacional de Filosofia, doutor em Perspectiva, Sombras e Estereotomia pela Escola Nacional de Belas Artes, e doutor em Arquitetura pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Bandeira foi ainda coordenador do ensino de desenho do Colégio Pedro II, docente

livre da Escola Nacional de Belas Artes e da Faculdade Nacional de Arquitetura, assistente de “Didática Geral e Especial de Desenho” da Faculdade Nacional de Filosofia, e também autor de diversos livros didáticos de desenho.

Seu manual, *Didática Especial de Desenho*, traz de início um item chamado *Dos Fundamentos do Desenho*, em que o autor apresenta uma visão geral sobre o desenho de observação, bem como dos diferentes tipos de perspectiva e as outras modalidades do desenho – decorativo e convencional. Na sequência, no item intitulado *Objetivos Gerais do Ensino do Desenho*, são descritos os objetivos e características do ensino do desenho, considerando seu viés artístico, utilitário e de linguagem, relacionados com diferentes momentos da história. No último item, *Elementos de Didática Especial de Desenho*, são contempladas orientações sobre plano de curso, plano de aula, materiais didáticos, processos e critérios de avaliação.

Esse material era, basicamente, o manual de estudo do candidato que fosse prestar o exame de desenho da CADES. De nossa análise, pode-se sugerir que o livro trazia um conhecimento bastante superficial, não fornecendo orientações maiores quanto ao conteúdo propriamente dito, no sentido de propiciar uma formação específica em desenho ao futuro professor. Nem mesmo sugeria quais livros didáticos poderiam ser adotados, apesar de enaltecer a importância do seu uso em sala de aula e estabelecer alguns critérios de escolha. Dado que a habilitação fornecida pela CADES dava-se através de cursos, em geral, de apenas um mês de duração, é sugestivo pensar que a formação oferecida para os exames de admissão em desenho tenha sido, de fato, bastante limitada.

Portanto, pode-se dizer que houve dois grandes problemas quanto à disciplina de desenho naquele período: a “variedade de tipos de formação dos professores encarregados do ensino de desenho e a insuficiente preparação técnica e pedagógica dos mesmos, motivada pela falta de cursos universitários específicos para a formação do profissional na área.” (NASCIMENTO, 1994, p.47).

As Licenciaturas

Somente em 1962, através do Parecer n. 338/62, o Conselho Federal de Educação (CFE) regulamentou o curso de formação de professores de desenho, fixando o currículo mínimo para esta licenciatura. O referido Parecer salientava que o desenho nas escolas de grau médio

deveria atender a objetivos diversos, como o da expressão, ao lado da linguagem, o de complemento da matemática, o de técnica auxiliar no ensino de ciências e ainda, auxiliar nas técnicas em geral. O currículo mínimo sugerido para esse curso, com duração de quatro anos, ficou assim estabelecido: História das Artes e das Técnicas; Desenho Artístico e Pintura; Desenho Técnico e Matemática Aplicada (em que deveriam ser incluídos os conhecimentos de Geometria Descritiva e Projetiva, Perspectivas e Sombras); Modelagem e Escultura; Técnica de Composição Industrial; Iniciação nas artes industriais; e também Disciplinas Pedagógicas¹⁰.

Interessante notar que, paradoxalmente, a Licenciatura em Desenho foi instituída quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 já iniciava um processo gradativo que colocaria a disciplina em uma posição secundária no currículo da escola básica brasileira. Com a LDB de 1961 o desenho, que até então era uma disciplina curricular obrigatória, presente em todas as séries do ensino básico, passou a figurar como disciplina obrigatória complementar, sem fazer parte de todas as possibilidades curriculares apresentadas. Tornou-se uma disciplina opcional, constando em apenas duas das quatro opções disponibilizadas pelo CFE para o primeiro ciclo, e em apenas uma das quatro disponíveis para o segundo ciclo. Além disso, passou a não contar mais com referenciais quanto ao seu conteúdo ou metodologia.

A *Licenciatura em Desenho* vigorou até 1969 quando, através do Parecer n. 354/69, foi proposta a modificação do seu currículo, passando a se chamar *Licenciatura em Desenho e Plástica*. No artigo 3º deste parecer destaca-se que:

o professor de desenho, com a exclusiva tarefa de ensinar desenho expressivo ou artístico e as primeiras técnicas de desenho de precisão, **não corresponde sequer ao mínimo de iniciação artística que nos tempos atuais e dentro do espírito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação se deve esperar da formação comum do estudante de grau médio.** A extensão progressiva da educação plástica à modelagem, às artes aplicadas ou industriais e à interpretação do fenômeno estético, quer na obra de arte pura, quer nas aplicadas, **reclama um professor de desenho que tenha pleno domínio do problema da plástica, capaz de ser orientador e iniciador de novas formas de expressão** (BRASIL, 1969, p. 104, grifo nosso).

¹⁰ No referido Parecer de 1962, bem como, no Parecer de 1969, não são listadas as disciplinas pedagógicas que deveriam compor a grade curricular.

Ao que parece, a modificação da *Licenciatura em Desenho* para *Licenciatura em Desenho e Plástica* já começava a preparar o terreno para as alterações que seriam propostas pela LDB de 1971. O currículo mínimo estabelecido para o novo curso, pela Resolução 13, de 23 de fevereiro de 1970, ficou dividido em *matérias básicas*: Estética e História das Artes, Plástica, e Análise e Exercício dos Materiais Expressivos; e *matérias profissionais*: Expressão em Superfície, Volume e Movimento; Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Perspectiva; Composição: espaço, cor, linha e ritmo; Iniciação às Técnicas Industriais e Disciplinas Pedagógicas.

Segundo Zuin (2001), os currículos dos dois cursos superiores de desenho mencionados aqui revelam uma “preocupação governamental de formar os profissionais para atuar, também, nas escolas técnicas, já que a iniciação às técnicas industriais estão presentes em ambos os currículos” (p.93).

Com as novas imposições da LDB de 1971, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de educação artística na escola básica, um novo curso precisou ser criado para formar os profissionais dessa área. Assim, em 1973, através do Parecer n. 1.284/73, a *Licenciatura em Educação Artística* veio substituir a *Licenciatura em Desenho e Plástica*, ficando o desenho como uma habilitação, ao lado da música, artes plásticas e artes cênicas. Para este curso foi proposto um *núcleo comum* formado por: Fundamentos da Expressão e Comunicação Humanas; Estética e História da Arte; Folclore Brasileiro; Formas de Expressão e Comunicação Artística, e uma *parte diversificada*, que para a habilitação em Desenho compreendia: Evolução das Técnicas de Representação Gráfica; Linguagem Instrumental das Técnicas de Representação Gráfica (Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Perspectiva); Técnicas de Representação Gráfica (Desenho Mecânico, Topográfico, Arquitetônico e de Interiores); Técnicas Industriais e Introdução ao Desenho Industrial e Disciplinas Pedagógicas.

No decorrer da segunda metade do século XX, gradativamente a *Licenciatura em Educação Artística* foi transformando-se em cursos de *Artes Visuais* e cursos de *Design Gráfico e Design Industrial*.

Do que foi dito aqui, percebe-se, então, a questão da formação do professor de desenho como um possível agravante para a exclusão da disciplina do currículo da escola básica brasileira. Basta notar que, embora em 1931 a Reforma Francisco Campos tenha oficializado o ensino

de desenho no país, apenas trinta anos mais tarde, em 1962, uma licenciatura nessa área foi instituída. Além disso, a criação desse curso de formação era incoerente com o contexto educacional de que fazia parte: instituía-se uma licenciatura em desenho quando o próprio desenho passava à condição de disciplina optativa no currículo. Por outro lado, a criação da licenciatura em desenho no âmbito do discurso legislativo, não necessariamente garantiu sua efetivação prática nas diversas regiões do Brasil. Analisemos o caso de Florianópolis...

Um recorte

Na capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis, até meados da década de 1970 existiram apenas duas possibilidades de formação docente direcionadas à disciplina de desenho: o curso da CADES e uma habilitação optativa em *desenho geométrico*, oferecida aos alunos da Licenciatura em Matemática da UFSC. A *Licenciatura em Desenho* e a *Licenciatura em Desenho e Plástica*, instituídas em 1962 e 1969, respectivamente, não chegaram a ser implantadas na cidade.

No ano de 1972, após a instituição pela LDB de 1971 da obrigatoriedade do ensino de educação artística na escola básica, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) passou a oferecer cursos complementares para professores que quisessem lecionar essa disciplina e, em 1974, lançou vagas no primeiro vestibular para o curso de *Licenciatura em Educação Artística*. Este curso foi autorizado pelo Decreto Federal n. 73.259/1973 e reconhecido pelo Decreto Federal n. 81.502 de 30 de março de 1978. À época, era oferecido um *núcleo comum* (com duração de três semestres) e *habilitações* (com duração de mais três semestres) em música, artes plásticas e *desenho*, conforme currículo mínimo estabelecido em nível nacional. Esses cursos eram pagos e tiveram funcionamento inicial no centro urbano de Florianópolis, na Rua Saldanha Marinho, no antigo prédio da Faculdade de Educação – FAED.

Em 1985, a UDESC foi reconhecida como Universidade e a criação da habilitação em Artes Cênicas possibilitou tornar o curso de Educação Artística um centro, chamado Centro de Artes – CEART. Somente a partir dessa data o ensino passou a ser gratuito e foram realizados os primeiros concursos públicos para a admissão de docentes. Houve nesse ano uma revisão curricular e a Licenciatura em Educação Artística teve sua duração ampliada de três para quatro anos.

Especificamente quanto à habilitação em desenho, pouca informação foi encontrada nos arquivos do atual *Departamento de Design* da UDESC. Os únicos documentos arquivados tratam da matriz curricular do curso para os anos de 1985, 1992, 1993 e 1994.

Segundo tais documentos, no ano de 1985 eram oferecidas as seguintes disciplinas, distribuídas em 8 fases:

Quadro 1 – Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Artística, habilitação desenho.

Código	Descrição	C.H.	Créditos
1ª FASE			
CEN11	ARTES CENICAS I	60	4
ESTE1	ESTETICA E HISTORIA DA ARTE I	60	4
FECD1	DESENHO GEOMETRICO I	60	4
FECHU	FUNDAMENTOS DA EXPRESSAO E COMUNICAÇÃO HUMANA	60	4
FECM1	MUSICA I	60	4
PLAS1	ARTES PLASTICAS I (DES.ART.)	60	4
PRDE1	PRÁTICA DESPORTIVA I	30	2
PSIC1	PSICOLOGIA DA EDUCACAO E DA ARTE I	60	4
2ª FASE			
ESTE2	ESTETICA E HISTORIA DA ARTE II	60	4
FECD2	DESENHO GEOMETRICO II	60	4
FLV11	FUNDAMENTOS DA LINGUAGEM VISUAL I	60	4
FOLCL	FOLCLORE BRASILEIRO	60	4
FUARE	FUNDAMENTOS DA ARTE NA EDUCACAO	60	4
PLAS2	ARTES PLASTICAS II	60	4
PRDE2	PRÁTICA DESPORTIVA II	30	2
PSIC2	PSICOLOGIA DA EDUCACAO E DA ARTE II	60	4
3ª FASE			
EPEBE	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS (CUL.POP.)	60	4
ESTE3	ESTETICA E HISTORIA DA ARTE III	60	4
FLV12	FUNDAMENTOS DA LINGUAGEM VISUAL II	60	4
FUNGE	FUNDAMENTOS DA GEOMETRIA	60	4
LGED1	GEOMETRIA DESCRITIVA I	60	4
PLAS3	ARTES PLASTICAS III	60	4
PRDE3	PRÁTICA DESPORTIVA III	30	2
SOCIO	SOCIOLOGIA DA EDUCACAO E DA ARTE	60	4
4ª FASE			
ARIN1	DESENHO ARQUITETÔNICO E DE INTERIORES I	60	4
DIDA1	DIDATICA GERAL I	60	4
ETRGE	EVOLUÇÃO DAS TEC. DE REPRES. GRAFICA	60	4
LDEG1	DESENHO GEOMETRICO I	60	4
LDEM1	DESENHO MECANICO I	60	4
LGED2	GEOMETRIA DESCRITIVA II	60	4
LPSO1	PERSPECTIVA E SOMBRAS I	60	4
5ª FASE			
ARIN2	DESENHO ARQUITETÔNICO E DE INTERIORES II	60	4
DIDA2	DIDATICA GERAL II	60	4

LDEG2	DESENHO GEOMETRICO II	60	4
LDEM2	DESENHO MECANICO II	60	4
LGED3	GEOMETRIA DESCRITIVA III	60	4
LPSO2	PERSPECTIVA E SOMBRAS II	60	4
6ª FASE			
ARIN3	DESENHO ARQUITETÔNICO E DE INTERIORES III	60	4
ESTEN	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO I E II G.	90	6
IDEI1	INTRODUCAO AO DESENHO INDUSTRIAL I	60	4
LDEG3	DESENHO GEOMETRICO III	60	4
TECI1	TECNICAS INDUSTRIAIS I (ART.GRAF.SERI)	90	6
7ª FASE			
DEAPE	DESENHO APLICADO AO ENSINO DE II GRAU	60	4
IDEI2	INTRODUÇÃO AO DESENHO INDUSTRIAL II	60	4
PUBL1	DESENHO PUBLICITARIO I	60	4
TECI2	TECNICAS INDUSTRIAIS II (MARC./METAL.)	90	6
TOCAR	DESENHO TOPOGRÁFICO E CARTOGRAFICO	90	6
8ª FASE			
ESPED	DIDÁTICA ESPECIAL E PARATICA DE ENSINO DE DESENHO	90	6
IDEI3	INTODUÇÃO AO DESENHO INDUSTRIAL III	60	4
PUBL2	DESENHO PUBLICITARIO II	60	4
TECI3	TECNICAS INDUSTRIAIS III (CERAMICA IND.)	90	6

Fonte: (UDESC, 1985)

Vê-se bem que esta grade curricular está, de fato, perfeitamente de acordo com o currículo mínimo estabelecido em 1973 para a Licenciatura em Educação Artística com habilitação em desenho. Nas três primeiras fases as disciplinas oferecidas eram aquelas pertencentes ao núcleo comum, sendo que a partir da quarta fase o curso começava a voltar-se para a habilitação específica em desenho.

No ano de 1992 uma nova grade curricular foi proposta. As únicas modificações efetivadas foram a inclusão da disciplina *Estudos dos Problemas Brasileiros II*, na quarta fase, e a disciplina *Desenho Publicitário II*, que passou a ser oferecida na sexta fase e não mais na sétima.

Em 1993 nova alteração curricular foi estabelecida, ficando o curso organizado da seguinte forma:

Quadro 2 – Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Artística, habilitação Desenho.

Código	Descrição	CH.	Créditos
1ª FASE			
DESH1	DESENHO I	60	4
EFCU1	EDUCACAO FISICA CURRICULAR I	45	3
ESTEH	ESTETICA E HISTORIA DA ARTE	60	4
FECAT	ARTES (DES/CEN/PLAS/MUS)	60	4

FECHU	FUNDAMENTOS DA EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO HUMANA	60	4
FUARE	FUNDAMENTOS DA ARTE NA EDUCAÇÃO	60	4
INDES	INSTRUMENTAL NO DESENHO	45	3
METOD	METODOLOGIA CIENTÍFICA	30	2
2ª FASE			
DESH	DESENHO II	60	4
EFC2	EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR II	45	3
FLI1	FUNDAMENTOS DA LINGUAGEM VISUAL I	60	4
FLCL	FOLCLORE BRASILEIRO	60	4
EDE1	GEOMETRIA DESCRITIVA I	60	4
HISTA	HISTÓRIA DAS ARTES PLÁSTICAS	60	4
PSICE	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	4
3ª FASE			
DEART	DESENHO ARTÍSTICO	45	3
FLVI2	FUNDAMENTOS DA LINGUAGEM VISUAL II	60	4
FUNGE	FUNDAMENTOS DA GEOMETRIA	60	4
GEDE2	GEOMETRIA DESCRITIVA II	60	4
PERS1	PERSPECTIVA E SOMBRAS I	60	4
SOCIO	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DA ARTE	60	4
4ª FASE			
DEGE1	DESENHO GEOMÉTRICO I	60	4
DETEC	DESENHO TÉCNICO	60	4
ETRGE	EVOLUÇÃO DAS TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	60	4
GEDE3	GEOMETRIA DESCRITIVA III	60	4
IDEI1	INTRODUÇÃO AO DESENHO INDUSTRIAL I	60	4
PERS2	PERSPECTIVA E SOMBRAS II	60	4
5ª FASE			
ARQU1	DESENHO ARQUITETÔNICO E DE INTERIORES I	60	4
DEGE2	DESENHO GEOMÉTRICO II	60	4
IDEI2	INTRODUÇÃO AO DESENHO INDUSTRIAL II	60	4
MECA1	DESENHO MECÂNICO I	60	4
TEIND	TÉCNICA INDUSTRIAL	60	4
TOPOG	DESENHO TOPOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO	60	4
6ª FASE			
ARQU2	DESENHO ARQUIT. E DE INTERIORES II	60	4
DEGE3	DESENHO GEOMÉTRICO III	60	4
DIDAT	DIDÁTICA GERAL	60	4
MECA2	DESENHO MECÂNICO II	60	4
PUBL1	DESENHO PUBLICITÁRIO I	60	4
7ª FASE			
ANTRO	ANTROPOLOGIA DA ARTE	60	4
COMP1	COMPUTAÇÃO GRÁFICA I	60	4
GRAVU	GRAVURA	60	4
MAQU1	MAQUETES E PROTÓTIPOS I	60	4
METD1	METODOLOGIA DO ENSINO EM DESENHO I	60	4
PUBL2	DESENHO PUBLICITÁRIO II	60	4
8ª FASE			
COMP2	COMPUTAÇÃO GRÁFICA II	60	4
ESTRU	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE I E II GRAUS	60	4

MAQU2	MAQUETES E PROTÓTIPOS II	60	4
METD2	METODOLOGIA DO ENSINO EM DESENHO II	60	4
METOP	METODOLOGIA DA PESQUISA	60	4
ORPRO	ORGANIZACAO PROFISSIONAL	30	2
9ª FASE			
ATIVI	ATIVIDADE PROGRAMADA	120	8
PREDE	DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO EM ED. ARTÍSTICA/DESENHO	120	8
TCCDE	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO	120	8

Fonte: (UDESC, 1993)

Este novo currículo foi inteiramente reorganizado. Na primeira fase as únicas disciplinas que permaneceram do currículo anterior foram *Estética e História da Arte* e *Fundamentos da Comunicação e Expressão Humana*. As disciplinas que antes eram intituladas *Artes Cênicas I*, *Música I* e *Artes Plásticas I*, agora parecem compor a disciplina denominada *Artes*. Além disso, nesta fase não há mais a disciplina *Desenho Geométrico I*, mas sim a disciplina *Desenho I*. As disciplinas *Prática Desportiva I* e *Psicologia da Educação e da Arte*, oferecidas anteriormente, no novo currículo deram lugar às disciplinas *Educação Física Curricular I*, *Fundamentos da Arte na Educação*, *Instrumental no Desenho* e *Metodologia Científica*.

Conforme o quadro apresentado, é possível perceber modificações ao longo de toda a grade curricular do curso. Inclusive uma nona fase foi-lhe acrescentada. Porém, as alterações que mais chamam atenção estão na sétima e oitava fases. Essas duas etapas são compostas inteiramente por novas disciplinas, com um destaque especial para *Computação Gráfica I* e *Computação Gráfica II*, também para as disciplinas *Maquetes e Protótipos I* e *Maquetes e Protótipos II*, que passaram a integrar o currículo. Note-se que a inclusão da disciplina *Computação Gráfica* na grade curricular deu-se em meados da década de 1990, período em que a informática começava a despontar no cenário nacional.

Em 1994 uma nova grade curricular passou a ser adotada, porém sem alterações significativas. Não foram acrescentadas ou retiradas disciplinas do currículo. Apenas a disciplina *Atividade Programada* passou a ser oferecida na oitava fase, ao invés de ser oferecida na nona fase.

A Licenciatura em Educação Artística com habilitação em desenho foi oferecida na grande Florianópolis por cerca de vinte anos. Em 1996 o curso foi extinto e o Departamento de

Desenho passou a se chamar *Departamento de Design*, oferecendo a partir de então os cursos de *Bacharelado em Design Gráfico* e *Bacharelado em Design Industrial*. Atualmente não existe mais na UDESC uma Licenciatura em Educação Artística. Há os cursos de graduação em Artes Cênicas, Artes Visuais, Design, Moda e Música que são oferecidos de maneira independente.

Vale destacar que existia para a habilitação em desenho uma disciplina chamada *Didática e Prática de Ensino do Desenho*, lecionada por uma das professoras entrevistadas em Machado (2012). Segundo seu relato, embora o estágio em desenho fosse feito dentro das aulas de educação artística, pelo menos até 1996 existiam escolas que ensinavam o desenho e que permitiam o desenvolvimento dos estágios docentes, o que aparentemente contradiz a exclusão do curso nesse período. Entretanto, ao que parece, eram raros os estabelecimentos em que essas aulas de desenho realmente aconteciam, de forma que o Colégio de Aplicação da UFSC foi um dos últimos a manter em sua grade curricular este ensino.

A partir de nossa investigação, percebemos que a exclusão da licenciatura com habilitação em desenho da UDESC deu-se em meio a um cenário bastante complexo. Por um lado, ouvimos relatos de que o mercado já não conseguia absorver os professores de desenho, uma vez que nem todas as escolas ofereciam essa modalidade dentro da disciplina de educação artística. Inversamente, em outros depoimentos afirma-se que para as instituições que ainda mantinham o ensino de desenho era bastante limitado o número de professores habilitados. Pensamos que, na verdade, essas questões são faces de uma mesma moeda. Na medida em que, desde a década de 1960, o desenho deixava de ser uma disciplina obrigatória no currículo das escolas básicas é natural que seu ensino nas instituições tenha ficado cada vez mais restrito. E, ao mesmo tempo, que a demanda por um curso de formação específica nessa área tenha tornado-se escassa.

Além disso, analisando as alterações curriculares propostas para o curso de desenho ao longo dos anos, é possível sugerir que o advento da *computação gráfica* possa ter sido um grande contribuinte para a extinção do curso. Note-se que apenas dois anos após a inclusão dessa disciplina na grade curricular, o curso de desenho foi extinto e substituído pelo curso de design.

Um Esboço

Do que foi exposto no presente texto, é possível delinear um esboço da formação do professorado de desenho no Brasil no decorrer do século XX.

Existiram quatro possíveis formações gerais: aquela oferecida pela CADES, e aquelas oferecidas pelas três licenciaturas: *Licenciatura em Desenho*, *Licenciatura em Desenho e Plástica* e *Licenciatura em Educação Artística com habilitação em desenho*, criadas em 1962, 1969 e 1972, respectivamente. Soma-se a estas, a formação específica em *desenho geométrico* oferecida como habilitação optativa nos cursos de Licenciatura em Matemática. Não temos condições de medir comparativamente o grau de abrangência desses cursos. No entanto, a CADES parece ter sido a protagonista de tal formação entre as décadas de 1950 e 1970, período este considerado o apogeu da disciplina de desenho no Brasil, conforme Nascimento (1994). Em Machado (2012) foram entrevistados nove professores de desenho que lecionaram a disciplina entre 1960 e meados dos anos 2000. Destes, entre 1960 e 1990, quatro professores obtiveram sua formação através dos cursos da CADES, apenas um era habilitado em desenho geométrico e outro habilitado através de um curso promovido pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) criado em 1972, voltado ao ensino técnico e profissionalizante. Os três professores restantes, que lecionaram a disciplina de desenho entre 1990 e 2004 obtiveram sua formação através da Licenciatura em Educação Artística com habilitação em desenho oferecida pela UDESC.

A disciplina de desenho, portanto, não experimentou em nosso país uma sólida formação de seus professores. A CADES, principalmente por conta de suas limitações temporais, não possibilitava um acesso amplo ao conhecimento necessário para a condução da disciplina. Sennem Bandeira, inclusive, afirma em *Didática Especial de Desenho* que era precária a situação do professor de desenho naquele período, sendo este um autodidata, dada a não existência de uma formação específica em todo o território nacional. Oficialmente, as licenciaturas propriamente em desenho, por outro lado, duraram apenas dez anos, sendo que é possível que nem tenham sido instituídas em muitas regiões do país, tal é o caso de Florianópolis. A habilitação oferecida pelas licenciaturas em matemática, por sua vez, não contemplavam a disciplina em toda sua extensão, já que referiam-se apenas a uma de suas modalidades, o desenho geométrico. Por fim, a habilitação em desenho oferecida pela Licenciatura em Educação Artística existiu em um momento em que a disciplina já iniciava

um violento processo de derrocada, haja vista sua não obrigatoriedade no currículo da escola básica.

Chervel (1990) atenta para a influência que “a taxa de renovação do corpo docente” (p. 197) desempenha na evolução das disciplinas escolares. Assim sendo, a falta de um efetivo corpo de profissionais que reclamasse por espaço no interior das instituições de ensino, resultante da instabilidade dos cursos superiores formadores do professorado de desenho devem ser evidenciados como possíveis elementos contribuintes à morte dessa disciplina nos espaços escolares brasileiros.

Referências

BANDEIRA, J. S. Didática Especial do Desenho. *Como ensinar Desenho no Curso Ginásial*. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES. Rio de Janeiro: MEC, sd. P.85-142.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.244 de 09.04.1942. Das bases de organização do ensino secundário. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18.04.1942, p. 41-56.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20.12.1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27.12.1961. p. 11429.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11.08.1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12.08.1971. p. 6377.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer n. 338/62 de 17 nov. 1962*. Currículo de licenciatura em Desenho.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer n. 1.284/73 e Resolução n. 23 de 23 out. 1973*. Conteúdos mínimos e duração do curso de Educação Artística.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer n. 354/69 de 08 de maio de 1969*. Curso de licenciatura em Desenho e Plástica.

CHERVEL, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Tradução de: LOURO, G. L. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229.

MACHADO, R. B. (2012). *Entre Vida e Morte: Cenas de um Ensino de Desenho*. 254f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

NASCIMENTO, R. A. (1994). *O Ensino do Desenho na Educação Brasileira: apogeu e decadência de uma disciplina escolar*. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil.

PINTO, D. C. (2008). Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem sucedida? In: MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos de, XAVIER, Libânia Nacif. *Por uma Política Nacional de Formação de Professores: o INEP nos anos de 1950-1960*. Brasília: MEC/INEP.

ZUIN, E. S. L. (2001). *Da régua e do compasso: as construções geométricas como um saber escolar no Brasil*. 2001. 211f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Recebido em 2/4/2013

Aceito em 8/7/2013